

---

# EDITORIAL

---

O sistema nacional de Ciência e Tecnologia atravessa um dos momentos mais críticos de sua história, estando, a permanecer a situação atual, à beira da insolvência. Como se não bastasse o continuado atraso no pagamento das bolsas de estudo no país e no exterior, a baixa remuneração dos pesquisadores brasileiros atingiu pela primeira vez, nos últimos 25 anos, nível inferior à dos uruguaios, chilenos, venezuelanos e mexicanos.

Ao mesmo tempo em que fala de Modernidade, Qualidade e Produtividade Industrial, o governo se mostra indiferente ao papel que a C & T tem nestes segmentos, ao adotar uma política que paralisa totalmente este setor. Todo o esforço conjunto feito pela comunidade científica e tecnológica com o setor público, nas últimas duas décadas, que culminou com a formação de um contingente considerável de pesquisadores qualificados para as áreas acadêmica e industrial, está a ponto de ser perdido se perdurar a falta de recursos para as agências de fomento à pesquisa. Não é admissível que uma agência da credibilidade do CNPq não possa honrar os compromissos com o pagamento dos auxílios à pesquisa, aprovados desde maio de 1991, e que atrase sistematicamente os pagamentos das bolsas, devido ao contingenciamento feito pela área econômica.

A Sociedade Brasileira de Química, ao mesmo tempo em que clama das autoridades econômicas e do Congresso, providências para que:

- revoguem imediatamente o decreto que contingencia os recursos para pagamento de bolsas, corrigindo-os pela inflação do período;
- aloquem recursos ao CNPq para que sejam pagos todos os auxílios aprovados desde maio de 1991;
- liberem para a FINEP os recursos de contrapartida do PADCT;
- aprovem o orçamento do CNPq para 1993 de modo que toda a demanda qualificada possa ser atendida;

conclama a todos os Químicos a se unirem e lutarem até que as reivindicações da comunidade científica sejam atendidas, de modo a impedir a total deterioração da estrutura da pesquisa científica e tecnológica e da Pós-Graduação brasileira. Mais do que nunca, é fundamental que todos, em seus Estados, cobrem e exijam dos governos e das assembleias estaduais que destinem à C & T os percentuais definidos pelas respectivas Constituições Estaduais.

*Os Editores*